

---

## **A Formação de Educadores Ambientais na perspectiva da Educomunicação Socioambiental: a experiência do IDEMA RN<sup>1</sup>**

**Denise Cortez da Silva Accioly<sup>2</sup>**

**Instituto de Desenvolvimento Sustentável e  
Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA**

### **RESUMO**

A luta global em defesa do meio ambiente nos chama à reflexão sobre a importância do desenvolvimento de uma consciência ambiental. Esse caminho passa necessariamente pela Educação e a Comunicação, empoderando a coletividade com a força do conhecimento, buscando a emancipação e o engajamento social dos sujeitos. Diante disso, o artigo tem como objetivo refletir sobre uma experiência de Formação de Educadores Ambientais na perspectiva da educomunicação socioambiental. De acordo com Soares (2011) a educomunicação socioambiental é compreendida como um conjunto de ações e valores marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo. O Curso Básico em EA do IDEMA tem como objetivo geral refletir sobre a Educação Ambiental a partir da constituição de seus fundamentos epistemológicos e políticos em busca de um mundo sustentável. A metodologia se baseia na formação e informação dialógica.

**PALAVRAS-CHAVE:** comunicação; educação; educomunicação socioambiental; dialogismo.

### **INTRODUÇÃO**

A tempos a questão ambiental é urgente e se impõe como um enorme desafio mundial. No entanto, sabemos o quão desafiador é falar de temas complexos, como: aquecimento global, mudanças climáticas, preservação de biomas, ecossistemas, sustentabilidade entre outros. No Brasil, o Ministério do Meio Ambiente adotou em 2005 o paradigma educacional como orientação para seu Programa de Educação Ambiental (ProNea). Em 2010, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) reafirmou esta política. De acordo com Soares (2011) a educomunicação trabalha dentro de uma perspectiva transdisciplinar, sobretudo sobre assuntos complexos denominados de temas transversais como o meio ambiente.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Formada em Comunicação Social e Pedagogia. Especialista em Cinema. Doutorado e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista e Pesquisadora do Ins. e-mail: [deniseaccioly@uol.com.br](mailto:deniseaccioly@uol.com.br).

---

A Lei Federal 9.795, de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. O Órgão Gestor desta política, por ela estabelecido (Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação) recria, em 2003, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). O ProNEA adota, então, como uma de suas linhas de ação, a Comunicação para a Educação Ambiental e a descreve como: “produzir, gerir e disponibilizar, de forma interativa e dinâmica, as informações relativas à Educação Ambiental”.

### **Questões Socioambientais**

A Carta da Terra, apresentada em 1992, na Eco Rio, em seu preâmbulo nos alerta:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. (...). Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global fundada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura de paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade de vida e com as futuras gerações.

Na Cúpula do Clima, evento virtual protagonizado e promovido pelos EUA com a participação de líderes de 40 países, em 2021, cada governante expôs sua preocupação a respeito das mudanças climáticas, ilustrando as ações já efetivadas, medidas em andamento e, principalmente, anunciando e assumindo metas mais ambiciosas e propostas concretas de cortes de emissão de carbono para os próximos anos e décadas.

Na contramão, nos últimos dois anos, a pauta ambiental e climática no Brasil sofreu retrocessos inimagináveis e em escala assustadora. O Governo Federal escolheu adotar a destruição do meio ambiente como política e sabotar os instrumentos de proteção aos principais biomas brasileiros, sendo responsável diretamente pelo aumento das queimadas, do desmatamento e das emissões de dióxido de carbono fóssil em território nacional. “A situação é dramática, porque o governo federal, que é quem poderia trabalhar soluções para esse cenário, hoje é o

---

foco do problema”, analisa Marcio Astrini, secretário executivo do “Observatório do Clima”.

O grande desafio passa por atitudes entre assumir a responsabilidade coletiva na formação de uma aliança global para cuidar da Terra ou arriscar a destruição da biodiversidade, a condenação da vida e o futuro das próximas gerações.

Considerando que a pauta ambiental muitas vezes se torna distante das pessoas e não consegue apresentar a dimensão real dos problemas para a maioria da população, a luta global em defesa do meio ambiente, nos chama à reflexão sobre a importância do desenvolvimento de uma consciência ambiental, com a finalidade de sensibilizar e mobilizar governos e sociedades quanto à promoção de políticas públicas e ações efetivas para conservação do Planeta Terra.

Nesse sentido, destacamos a importância de compartilhar informações e convidar à reflexão e ao amplo debate que pode, gradativamente, reverberar em mudanças fundamentais de valores e hábitos de vida das pessoas ao lidar com os dilemas ambientais. Esse caminho passa necessariamente pela Educação e a Comunicação, empoderando a coletividade com a força do conhecimento e da palavra com o propósito comum de defender e salvar o meio ambiente. Lembrando os ensinamentos de Paulo Freire: Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.

### **Educomunicação Socioambiental: o conceito**

De acordo com a definição da Academia Brasileira de Letras Educomunicação é

Conjunto de conhecimentos e ações que visam desenvolver ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos formais (escolares), não formais (desenvolvidos por ONGs) e informais (meios de comunicação voltados para a educação), mediados pelas linguagens e recursos da comunicação, das artes e tecnologias da informação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício prático da liberdade de expressão (<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/educomunicacao>)

De acordo com a ABPEducom (2021) a Educomunicação é entendida como um paradigma orientador de práticas sócio-educativo-comunicacionais que têm como

---

meta a criação e fortalecimento de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos nos espaços educativos, mediante a gestão compartilhada e solidária dos recursos da comunicação, suas linguagens e tecnologias, levando ao fortalecimento do protagonismo dos sujeitos sociais e ao consequente exercício prático do direito universal à expressão.

A interface entre Educação e Comunicação não é recente, nem mesmo tem sido pacífica. No início do século XX houve tentativas de relacionar os dois campos, mas foi com o desenvolvimento de novas tecnologias como a Internet, a partir da década de 1990, que emergiu a necessidade de pensar os meios de maneira crítica e discutir o uso das tecnologias em sala. (SOARES, 2021)

O propósito de aprender as inter-relações entre os campos da Comunicação e Educação remonta às décadas de 1930 e 1940 e deriva das inquietações geradas pela expansão dos media nesse século. A crescente presença da imprensa escrita, do rádio e, finalmente, da televisão apontava para uma nova configuração nos conceitos de ensino aprendizagem, de educação e de conhecimento. Isso se deu, de acordo com Soares (2021) através da atitude, por vezes moralizante e condenatória, de segmentos da sociedade que se mostravam reticentes em relação à cultura criada, desenvolvida e defendida pelos meios de comunicação de massa.

De acordo com (SOARES, 2021), em 1930, nos Estados Unidos, por exemplo, os produtores cinematográficos foram pressionados a assinar um código de ética que os obrigava a reduzir a intensidade das cenas sensuais ou violentas de suas produções. No Brasil, entretanto, a discussão a respeito da vocação pedagógica dos meios esteve presente desde a instalação das primeiras emissoras de rádio e televisão. Acreditava-se que a cultura e a educação chegariam, finalmente, de forma democrática a todos os lares. A oposição entre uma virtual vocação educativa e um efetiva destinação comercial faz parte dos discursos dos gestores e profissionais da mídia, já nos anos de 1940. No Rio de Janeiro, Roquete Pinto acreditava, por exemplo, que a cultura e a educação chegariam, finalmente, de forma democrática a todos os lares brasileiros através das ondas do Rádio Nacional. (SOARES, 2021)

Mauro Wolf (2013) destaca que para a Escola de Frankfurt a aproximação entre Educação e Comunicação passou a ser vista a partir da suspeita de violenta dominação e manipulação das consciências e das vontades, “administradas” pelos centros de poder, especialmente através do rádio.

---

No entanto, foi com o audiovisual, a partir de 1950, especialmente com o cinema e a televisão, que os pesquisadores da educação passaram a se preocupar. Difundiu-se no pós-guerra na Europa, especialmente na França, e em toda a América Latina, a prática de Cineclubismo<sup>3</sup>, onde tiveram origem inúmeros projetos de análise crítica das mensagens dos meios.

Na Europa, no início do século XX, o diálogo entre Educação e Comunicação se destaca o trabalho de Célestin Freinet (França) e Janusz Korczak (Varsóvia/Polônia), que já apostavam no jornal impresso como aliado indispensável no processo educacional. Ambos colocaram em prática seus métodos de trabalho na Europa, a partir da insatisfação com o sistema formal de ensino considerado arcaico e cerceador da liberdade.

Freinet e Korczak percebiam que as crianças e os adolescentes tinham necessidade de expressar suas ideias, e quando o faziam apresentavam considerável melhora no rendimento escolar. A introdução do jornal impresso no âmbito das salas de aula foi a solução encontrada para dar vazão à criatividade dos alunos. E os resultados mostraram os acertos da decisão. Esse é um belo exemplo de um diálogo criativo entre Comunicação e Educação já no início do século XX.

Na década de 1930 os educadores mantiveram uma atitude paternalista, procurando evitar que as crianças e jovens consumissem as mensagens da mídia, consideradas prejudiciais ao desenvolvimento social e cultural. De acordo com Mauro Wilton de Souza (2003) a visão era moralista e a fase foi denominada de inoculatória. Na época só se considerava artefato cultural aquele proveniente da cultura erudita das elites. A cultura de massa disseminada pelo cinema, por exemplo, não requeria esforço intelectual, produzindo reações populares emocionais baratas. Dessa forma, os produtos midiáticos deveriam ser mantidos fora do ambiente escolar.

De acordo com David Buckingham na Europa, nos de 1960, ainda se pretendia proteger as crianças, porém houve uma ampliação no conceito de cultura, que passou

---

<sup>3</sup> O surgimento do cineclubismo faz parte da história do cinema, e aconteceu na década de 20 na França, inicialmente se tratava de uma reunião de amigos apreciadores de cinema, porém queriam assistir seus filmes favoritos em um local mais tranquilo, onde pudessem compartilhar impressões sobre a obra que tinham acabado de ver. No Brasil o primeiro cineclube nasceu em 1928, na cidade do Rio de Janeiro e chamava-se Chaplin Club no Rio de Janeiro. São Paulo oficialmente só ganhou um cineclube em 1940, nomeado de Clube de Cinema de São Paulo. Os principais objetivos dos cineclubes são refletir sobre a linguagem e do cinema, possibilitar a experiência fílmica como ferramenta de educação, estimular o desenvolvimento do pensamento crítico e viabilizar ações concretas de intercâmbio entre cineclubistas, realizadores, pesquisadores, críticos e pessoas que enxergam o cinema como uma arte transformadora. <https://institutedecinema.com.br/mais/conteudo/cineclube-um-espaco-politico-pedagogico-e-de-formacao-de-publico->.

---

a englobar as manifestações legitimamente populares, entre elas algumas obras cinematográficas. Sob a perspectiva dos estudos culturais, os professores eram encorajados a selecionar nos catálogos, filmes considerados dignos de serem analisados em sala de aula para que os jovens pudessem interpretar de forma conveniente as mensagens. Os textos televisivos ainda eram condenáveis e, portanto, deveriam permanecer fora da escola. Nessa década despontaram as primeiras tentativas de se introduzir os estudos das mídias nas escolas francesas.

Segundo Mauro Wolf (2003) uma próxima fase se inicia nos anos de 1970, a da desmitificação política e ideológica, em que o desafio passou a ser o desenvolvimento de metodologias para a inclusão formal do estudo das mídias nas escolas, visando mostrar que os textos midiáticos eram construções e reforçavam a ideologia e o interesse dos grupos sociais e econômicos dominantes.

Nesse sentido, linguagem midiática não seria um instrumento linear de transmissão de ideias, nem uma janela transparente para o mundo social, pois as empresas de mídia a manipulam para alcançar seus ideais, o que significa que no eixo da codificação, os códigos profissionais adotados pelos produtores, somados à representação que ele fazia do público receptor, determinariam a mensagem (SOUSA, 2003).

Dessa forma, a UNESCO, nos anos de 1980, passou a pautar, através de suas publicações, uma séria discussão mais aberta sobre a relação entre a educação formal (escola) e os meios de comunicação. Propunha a UNESCO que a aproximação entre estas duas estâncias levasse, finalmente, a uma consciência crítica e a efetiva comunicação por parte de educando e educadores. (SOARES, 2021)

Na América Latina, tanto na Venezuela, como no Uruguai, Argentina, Chile, Cuba e Brasil (entre outros países), pessoas chamadas de comunidades populares, a partir da década 1960, desenvolveram projetos com comunidades rurais, urbanas, indígenas etc., com objetivo de promover a expressão popular através de práticas artísticas (nesse sentido, o teatro estava muito presente) e pra essas atividades deu-se o nome de processos comunicacionais ou Comunicação e Educação.

A educomunicação socioambiental é compreendida como um conjunto de ações e valores marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo. Conforme Soares (2011, p. 77)

---

A indissociabilidade entre questões sociais e ambientais no fazer/pensar dos atos educativos e comunicativos é justamente ressaltada pelo termo ‘socioambiental’. A dimensão pedagógica, nesse caso particular, tem foco no ‘como’ se gera o saber e ‘naquilo’ que se aprende na produção cultural, na interação social e com a natureza.

Os objetivos da educomunicação para as políticas de meio ambiente são: estimular e difundir a comunicação popular participativa no campo da Educação Ambiental brasileira, com o fim de fortalecer a ação educadora coletiva pela sustentabilidade. Contribuir para a elaboração e a implementação de uma Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental. A Educomunicação aproxima o campo da Educação Ambiental à perspectiva de uma comunicação popular educadora, autonomista e democrática.

A metodologia educ comunicativa se fundamenta no diálogo, nas rodas de conversa, nas palavras geradoras, na problematização, na consciência crítica sobre seu lugar social, na consciência sobre seu território, na reflexão, na ação-reflexão-ação (práxis) no estímulo à autonomia dos sujeitos. Fundamentada nas ideias de Paulo Freire (1979; 1983; 2003) que tem como princípios a emancipação e a libertação dos sujeitos.

### **Sobre o Curso Básico em EA**

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte<sup>4</sup>, IDEMA, através da Subcoordenadoria de Planejamento e Educação Ambiental, SPEA<sup>5</sup>, iniciou, em 2021, uma formação sobre os conhecimentos básicos a respeito das questões ambientais a ser ofertado comunidade norte-rio-grandense.

---

<sup>4</sup> O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA é uma autarquia fruto da união de atribuições entre a Fundação Instituto de Desenvolvimento do RN (IDEC), criada pela Lei n.º 4.286, de 6 de dezembro de 1973, (alterada pela Lei n.º 4.414, de 04 de novembro de 1974), e a Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA), criada por meio do Decreto n.º 8.718, de 16 de setembro de 1983. <<http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=481&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Instituti%E7%E3o>>.

<sup>5</sup> Setor responsável por discutir, planejar e executar planos, programas e projetos de Educação Ambiental, em parceria com instituições governamentais em níveis federal, estadual, municipal, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais e demais segmentos da sociedade, que atuam nas áreas de educação e meio ambiente. A SPEA norteia-se pelos objetivos e diretrizes da [Política Nacional de Educação Ambiental \(PNEA\)](#) e do [Programa Nacional de Educação Ambiental \(Pronea\)](#), para elaborar, implementar, monitorar e avaliar os projetos que compõem o Programa de

---

O Curso Básico em Educação Ambiental tem a temática: Em busca de um mundo mais sustentável: Educação Ambiental a partir da constituição de seus fundamentos epistemológicos e políticos. Tem como objetivo apoiar gestores e gestoras municipais na elaboração de programas e projetos para promover e fortalecer a municipalização da educação ambiental. A metodologia se baseia na formação e informação dialógica e na construção de saberes e aprendizagem coletiva e compartilhada, buscando a emancipação e o engajamento social dos sujeitos, tendo como diretriz das suas ações a Educomunicação e fundamentado em Paulo Freire e autores afins.

O curso tem como pressupostos teóricos as ideias de Gadotti (2000), Kaplún (2004), (2015), Morin (2001, 2004), Boff (2016), Carvalho (2012; 2005), Dias (2004; 2006; 2010), Guimarães (2015), Loureiro (2014; 2019), Reigota (2016), Soares (2003; 2001; 2021), Sorrentino (2021), Gutiérrez; Prado (2013), Serres (2013) entre outros.

O curso é realizado no formato EaD, através da plataforma Google Sala de Aula. O público é formado por educadores formais ou não formais, gestores e gestoras de educação ambiental dos municípios do RN, e pelo público em geral interessado na temática ambiental. Inicialmente foram disponibilizadas para uma primeira turma, 50 vagas, com carga horária de 60 horas, com entrega de certificados emitidos pelo IDEMA. Inicialmente, as inscrições estariam abertas durante um mês, mas devido a grande procura, precisaram ser encerradas em poucas horas. Em apenas um dia recebemos as inscrições de 350 candidatos. Isso demonstra o grande interesse do público em geral em se informar e se fundamentar sobre as questões ambientais.

Nesse sentido, há a necessidade de uma comunicação mais empática, buscando traduzir esses temas para as massas, diante dessa realidade alarmante que se encontra o Brasil em relação às demandas ambientais.

Assim, o curso está focado nos processos educativos democráticos e participativos, na formação e informação dos sujeitos, com processos de aprendizagem que aproximem, sinergicamente, os diversos saberes, de forma transversal e contínua, de modo que desenvolvam o senso crítico, na busca de potencializar a ação individual e coletiva, numa perspectiva sistêmica e complexa,

---

criando oportunidades para a participação social com vistas à promoção do engajamento social, na execução da educação ambiental como Política Pública.

A seleção dos candidatos atendeu a um dos critérios exigidos no formulário de inscrição: formação superior completa em qualquer área do conhecimento. Em seguida, tentamos distribuir os candidatos nas regiões que compõem os municípios do RN. No entanto, tivemos candidatos de todas as regiões do país, como de Recife, São Paulo, Rio Grande do Sul entre outros.

A exigência da formação em nível superior se deve ao caráter formativo do curso. A ideia é formar os sujeitos para se tornarem futuros Educadores Ambientais nos locais onde moram. Acreditamos que podem ser multiplicadores em defesa da preservação ambiental. Buscamos também formar um coletivos de educadores ambientais (FERRARO JUNIOR, 2005) por região no RN e pelo Brasil a fora.

Recebemos um total de 350 inscritos. 111 com ensino superior completo; 94 com ensino superior incompleto; 33 Mestrado; 60 com especialização; 8 com doutorado. Inicialmente selecionamos 213 candidatos selecionados. Convocamos então 2 turmas de 50 participantes cada uma. A primeira com 37 matriculados e a segunda com 37 matriculados, num total de 74 participantes

Entramos em contato com os selecionados para participar da primeira turma através do e-mail cadastrado no formulário. Nesse e-mail informamos as condições para que os participantes possam receber o certificado, que incluiu a frequência mínima de 70% de presença nos encontros síncronos.

O curso tem duração de três meses com 60 horas aulas, totalmente online e gratuito, com encontros síncronos (online) através do Google *Meet*. Encerrada a primeira turma, outras serão abertas de forma contínua a cada 3 meses ou conforme a demanda. A metodologia do Curso se baseia na formação e informação dialógica e na construção de saberes e aprendizagens coletivas, buscando a emancipação dos sujeitos e no seu engajamento social. O curso é totalmente online e gratuito e com entrega de certificado emitido pelo IDEMA.

Os encontros formativos ocorrem sempre às quartas-feiras, às 14 horas, com duração de 2 horas O curso é realizado na modalidade Educação a Distância (EaD), por meio da plataforma do Google Sala. A aula inaugural aconteceu no dia 02 de junho, e fez parte da programação da Semana Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – SEMA 2021, do dia 1º ao dia 05 de junho.

---

Para atender a enorme procura do público em geral, estamos analisando a possibilidade de ofertar outras turmas ainda com esses sujeitos que se candidataram nessa seleção. Uma delas seria destinada aos jovens universitários, pois tivemos uma demanda enorme desses sujeitos interessados na temática.

Seria a Curso Básico em Educação Ambiental do Jovem Universitário do IDEMA. Os jovens no Brasil e no mundo estão muito preocupados com o futuro do Planeta Terra, por isso, tem sido uma voz poderosa mundo afora. Precisamos contribuir com a formação desses sujeitos também. Outro público muito interessado foi aquele que possui somente o ensino médio, como agricultores e trabalhadores em geral preocupados com a sustentabilidade.

O curso recebeu uma inscrição significativa de uma classe econômica e social que ganha até um salário mínimo ou desempregados. Mesmo a partir de uma análise inicial, percebemos, através dos dados quantitativos e dos qualitativos, a partir das respostas subjetivas no formulário, um anseio enorme de uma oportunidade de qualificação para se inserir no mercado de trabalho ou ascender financeiramente a partir de uma oportunidade de formação gratuita e online, onde podem receber um certificado dentro da sua área, pois uma grande parte dos inscritos, já atua na área ambiental. No entanto, isso demanda um estudo cuidadoso do formato que poderíamos ofertar a esses sujeitos, que declaram também ter um acesso reduzido a Internet.

Observamos ainda, a partir dos dados coletados, um contraste enorme nesse contexto, com o interesse de profissionais altamente qualificados, a nível de doutorado, e já exercendo suas atividades na área ambiental. O que demonstra a necessidade que as pessoas têm de adentrar mais a fundo na temática ambiental e participar das discussões em forma de rede.

A primeira turma encontra-se ainda em processo de formação.

### **Considerações Finais**

Considerarmos que a crise provocada pela pandemia de Covid-19 nos trouxe a necessidade de pensar de forma mais coletiva, desde a simples e necessária utilização da máscara por todos até a formação de redes de apoio e doação, renovando -se a esperança para reverberar e impulsionar as ações positivas, somar e multiplicar

parcerias, e trilhar caminhos nessa direção. Juntos, precisamos acreditar e reagir, mobilizando mais atitudes positivas para a proteção e preservação da natureza e o consumo mais consciente e sustentável dos recursos naturais.

Ainda há tempo para agir. Enquanto houver mais atitudes concretas para perseguir a construção de um desenvolvimento com sustentabilidade e de uma convivência amistosa com o meio ambiente, ainda haverá esperança para um futuro mais verde e ameno para o planeta e, talvez, uma era mais inclusiva e saudável para seus habitantes.

É na conjugação do verbo esperar que convocamos a todas e todos para que contribuam com atitudes, fazendo dia a dia, cada qual, um pouco para, unindo esforços, produzirmos muita consciência e educação ambiental.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). Definição. Disponível em <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/educucomunicacao> . Acesso em: 23 de jul. 2021

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES E PROFISSIONAIS EM EDUCOMUNICAÇÃO – ABPEducom. Conceito. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/educum/conceito/>. Acesso em: 23 de jul. 2021.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental.

Brasília: MMA, 2008. **Educomunicação socioambiental**: comunicação popular e educação. Organização: Francisco de Assis Morais da Costa, 2008

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)**. Presidência da República, Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm) . Acesso em: fevereiro de 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (Diretoria de Educação Ambiental); Ministério da Educação. **Programa nacional de educação ambiental – ProNEA**. Coordenação Geral de Educação Ambiental. 5. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2018. Disponível em: [https://smastr16.blob.core.windows.net/portaleducacaoambiental/2020/01/programanacion\\_aldeea\\_pronea5aed\\_2019.pdf](https://smastr16.blob.core.windows.net/portaleducacaoambiental/2020/01/programanacion_aldeea_pronea5aed_2019.pdf)

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Educomunicação socioambiental**: comunicação popular e educação. Organização: Francisco de Assis Morais da Costa. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MMA, 2008. 50 p.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. 5. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2016.

Cadernos de Educação Ambiental Água para Vida, Água para Todos: Livro das Águas / André de Ridder Vieira texto; Larissa Costa e Samuel Roiphe Barrêto coordenação – Brasília: WWF-Brasil, 2006. Disponível em <file:///C:/Users/denis/Downloads/Cadernos%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambienta%20%C3%81gua%20para%20Vida%20,%20%C3%81gua%20para%20Todos.pdf>  
Acessado em: 31 de março de 2021.

**Carta da Terra.** Ministério do Meio Ambiente - Diretoria de Educação Ambiental, 2000.

CARVALHO, I. C. de M.. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) **Educação Ambiental; pesquisa e desafios.** Porto Alegre, Artmed, 2005.

DIAS, G. F. **Educação ambiental:** princípios e práticas. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

\_\_\_\_\_. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental:** práticas inovadoras de educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Gaia, 2006.

\_\_\_\_\_. **Dinâmicas e instrumentação para educação ambiental.** São Paulo: Gaia, 2010.

FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e Caminhos:** formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA/DEA, Diretorias de Educação Ambiental, 2005.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 93 p.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 220 p.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade.** 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003 150 p.

FUNDO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (FUNBEA). **Plataforma MONITORAEA:** surge a ANPEEA. 2019. Disponível em: <https://www.funbea.org.br/plataforma-monitoraead/>. Acesso em: fev. 2021.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra.** São Paulo: Petrópolis, 2000.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação.** 12. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2015.

GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C.. **Ecopedagogia e cidadania planetária.** Tradução Sandra Trabucco Valenzuela. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

KAPLÚN, M. **La Educomunicación:** de médio y fines em comunicaci3n. Revista Latinoamericana de Comunicaci3n, CIESPAL-Chasqui, Quito-Ecuador, n. 58, Junio de 1997. Disponível em:< <http://www.comunica.org/chasqui/kaplun.htm>.> Acesso em: 14 abr. 2004.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

---

LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. (Org.). **Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2014.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental: questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

MELLO, S. S de; TRAJBER, R. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. **Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO**, 2007.

MORIN, E.. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

\_\_\_\_\_. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **17 objetivos para transformar o nosso mundo**. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/> . Acesso em: 23 out. 2020.

REIGOTA, M.. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2016.

SERRES, M. **Polegarzinha**. Tradução Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUSA, M. W. de. O lugar social da comunicação mediática. In: SOARES, Ismar de Oliveira (Coord.). **Caminhos da educomunicação**. 2. ed. São Paulo: Editora Salesiana, 2003, p. 21-34.

SOARES, I, de O. (Coord.). **Caminhos da educomunicação**. 2. ed. São Paulo: Editora Salesiana, 2003.

\_\_\_\_\_. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo, Paulinas, 2011.

\_\_\_\_\_. **Comunicação/educação emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais**. Localizado em < <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/140.pdf>> acessado em janeiro de 2021.

SORRENTINO, M. (et al). **Guia do Educador Ambiental Popular**. Laboratório de Educação e Política Ambiental – OCA da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em < [http://oca.esalq.usp.br/wp-content/uploads/sites/430/2020/01/guia-do-educador-ambiental-popular-web\\_final.pdf](http://oca.esalq.usp.br/wp-content/uploads/sites/430/2020/01/guia-do-educador-ambiental-popular-web_final.pdf)> Acessado em abril de 2021.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R, MENDONÇA, P.; FERRARO Junior, Luiz Antonio. (2005). Educação ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, 31(2), 285-299. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>> Acessado em abril de 2021.

TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. R. Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental. **Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**, 2006.

---

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Rio de Janeiro: Rio 92, 1992. Disponível em: [www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat\\_ea.pdf](http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. CCA – Departamento de Comunicações e Artes – ECA-USP. Licenciatura em Educomunicação. Disponível em: <http://www.cca.eca.usp.br/educom>. Acesso em: 6 jul. 2021.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. Tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.